

ATUALIDADE ECONÔMICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 15

Nº 44

Janeiro/Junho/2003

CONTEÚDO

Os 60 Anos do Curso de Ciências Econômicas <i>José Antonio Nicolau</i>	1
O Desempenho do BESC de 1992 a 2001 <i>Roberto Meurer e Marilei Fontanella Moroso</i>	5
Reforma da Previdência: Complicada e Inevitável <i>Roberto Meurer</i>	9
Campanha de Combate ao Trabalho Infantil Doméstico: Uma Avaliação <i>Carmen R. Ortiz G. Gelinski</i>	13
Cooperativismo de Trabalho: Nota sobre a sua Diversidade <i>Hoyêdo Nunes Lins e José Paulo Fagundes</i>	15
Os Transgênicos chegaram no Brasil para ficar? <i>Francisco Gelinski Neto</i>	20
Organização do Mercado de Energia Elétrica: Perspectivas e Desafios para o Brasil <i>João Randolfo Pontes</i>	25

Os 60 Anos do Curso de Ciências Econômicas

*José Antônio Nicolau**

O curso de Ciências Econômicas da UFSC completou 60 anos de funcionamento em março passado. As linhas que se seguem procuram oferecer, não um balanço, mas um breve relato da trajetória do curso, especialmente nos primeiros 30 anos, período menos conhecido.

Além de alguns documentos oficiais existentes (livros de atas e outros registros), a memória da criação e primeiros momentos de funcionamento do curso, nas décadas de 1940/50, são contados em precioso memorial escrito em 1994 por um de seus fundadores - a Prof^a Sylvia Amélia Carneiro da Cunha. O curso começou a funcionar em 1943, criado pela Academia de Comércio de Santa Catarina, uma sociedade civil sem fins lucrativos, que mantinha uma Escola Técnica de Comércio, situada na Av. Hercílio Luz, no centro de Florianópolis. Foi reconhecido pelo Decreto n^o 37.994/55. A Prof^a Sylvia assim se expressa sobre o início do curso:

Seu corpo docente foi inicialmente formado por alguns professores catedráticos da Academia de Comércio. Foram também expedidos convites a professores da Faculdade de Direito de Santa Catarina para regência de outras cadeiras...

Em 1945, fizemos parte da comissão que elaborou os estatutos da Academia de Comércio. No seu título III - da Faculdade de Ciências Econômicas - foi incluída, no art. 7^o, como sua unidade de ensino, a Faculdade de Ciências Econômicas, com o Curso Superior de Administração e Finanças, com direção técnica-didática autônoma...

Os estatutos foram aprovados pelo Parecer n^o 381/46, do Conselho Federal de Educação do MEC. Passou, então, a Faculdade a denominar-se Faculdade de Ciências Econômicas, conferindo o grau com o diploma de Bacharel em Ciências Econômicas.

O curso, portanto, iniciou com o nome de Curso Superior de Administração e Finanças, com três anos de duração, passando, a partir de 1946, a denominar-se Curso de Ciências Econômicas, com quatro séries anuais. A estrutura curricular do curso de 1943 (Quadro 1) reflete as contingências em que foi criado: numa grade de 17 disciplinas, seis disciplinas eram da área de Direito, oito de "Ciências Econômicas" (Economia, Contabilidade, Administração, Geografia Econômica e História Econômica). O currículo de 1946 já mostra um predomínio da área de Economia e, no de 1960, a estrutura curricular é semelhante à atual.

A grande mudança curricular, de 1946, acompanhou a renovação do ensino das Ciências Econômicas efetuada pelo Decreto-Lei n^o 7.988, de 22 de setembro de 1945. O novo currículo substituiu disciplinas da área de Direito por disciplinas de Teoria Econômica com enfoque quantitativo. O currículo pautava-se também por clara distinção do curso de Administração. Entre os principais agentes dessa mudança

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

destacaram-se Eugênio Gudín, à época professor e fundador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e o Ministro da Educação

Quadro 1: Estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas - 1943, 1946 e 1960

Denominação: Curso Superior de Administração e Finanças, 1943 (3 anos)				
1943	1944		1945	
Contabilidade de Transportes	Contabilidade Pública		Direito Administrativo	
Direito Constitucional e Civil	Finanças e Economia Bancária		Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado	
Economia Política	Ciência da Administração		História Econômica da América	
Geografia Econômica	Legislação Consular		Direito Industrial e Operário	
Matemática Financeira	Psicologia Lógica e Ética		Direito Internacional Diplomático e História dos Transportes	
-	Direito Internacional Comercial		Sociologia	
Denominação: Curso de Ciências Econômicas, 1946 (4 anos)				
1946	1947	1948	1949	
Complementos de Matemática	Estrutura das Organizações Econômicas	Repartição da Renda Social	Evolução da Conjuntura Econômica	
Economia Política	Geografia Econômica	Ciência das Finanças	Política Financeira	
Valor e Formação de Preços I	Valor e Formação de Preços II	Comércio Internacional e Câmbio	História das Doutrinas Econômicas	
Contabilidade Geral	Moeda e Crédito	Estatística Metodológica	Estatística Econômica	
Instituições de Direito Público	Estrutura e Análise de Balanços	História Econômica Geral do Brasil	Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos	
	Inst. de Direito Privado	Ciência da Administração	Princípios de Sociologia Aplicados à Economia	
Curso de Ciências Econômicas, 1960 (5 anos)				
1960	1961	1962	1963	1964
Introd. Economia	Matemática II	Estatística II	Análise Micro II	Econ. Internacional
Matemática I	Contabilidade II	Introd. Administração	Análise Micro III	Hist. Pens. Econômico
Contabilidade I	Estatística I	Inst. Direito Social	Contab. Nacional	Pol. Progr. Econômica
Geogr. Econômica	Hist. Econ. Geral e FEB	Sociologia	Moedas e Bancos	Análise Merc. Projeto
Inst. Dir. Público	Inst. Dir. Privado	Análise Micro I	Análise Macroecon.	Desenv. Econômico
			Finanças Públicas	

Fonte: Dados de livros de atas e registros da Academia de Comércio e da Faculdade de Ciências Econômicas.

Gustavo Capanema. As articulações para o novo currículo podem ser ilustradas numa carta de Gudin ao Ministro Capanema, datada de 1944:

Depois da Conferência de Bretton Woods, seguimos, o Dr. Octávio Bulhões e eu, para Boston, em visita à Faculdade de Economia da Universidade de Harvard.... Escrevi na pedra o programa e o projeto de curriculum que lhe recomendamos, para submetê-lo à crítica de todos e para receber as sugestões dos mestres. Tenho a satisfação de comunicar-lhe que... todos os professores de Harvard acharam o programa excelente... Perguntamo-lhes também sobre a conveniência ou não de separar as duas Faculdades, a de Economia e a de Administração. Eles nos levaram à janela para mostrar-nos, do outro lado do rio, a Faculdade de Administração, admiravelmente instalada aliás, e nos recomendaram que, se não tivéssemos um rio, abríssimos um canal.... para separar as duas Faculdades. (Citado por Julian Chacel, 1979, p.39.)

A Academia de Comércio de Santa Catarina era mantida basicamente por subvenções do governo do Estado e pelas taxas de matrícula e mensalidades dos alunos. Com a abertura do novo curso, surgiram problemas financeiros. A Prof^a Sylvia relata um fato que enobrece a história do curso. Em 1950, foi aventada a hipótese de fechamento do curso por falta de recursos. Então, os professores catedráticos concordaram em "lecionar sem receber qualquer remuneração, até que se equilibrasse o orçamento da Faculdade", o que passou a ocorrer a partir de 1951 e, principalmente, a partir de 1954, quando o Prof. Elpídeo Barbosa, nome de expressão política no Estado, assumiu a direção da Faculdade.

Novas fontes de receita foram surgindo: a partir de 1958, a Faculdade passou a receber subvenção federal; obteve do governo do Estado, em 1959, conforme relato da professora, a concessão de 10 apólices inalienáveis no valor de 10.000.000 cruzeiros, com juros de 5% a.a., bem como o uso gratuito do prédio da Travessa Ratcliff para expansão do espaço físico; também, em 1959, a Faculdade tornou-se independente da Academia de Comércio; no final de 1960, passou a integrar a recém-criada Universidade de Santa Catarina, atual UFSC.

Na década de 1960, integrando-se à UFSC, a Faculdade de Ciências Econômicas passou a funcionar no prédio da rua Almirante Alvim, no centro da Cidade. Em 1963, foi aprovado o Regimento Interno da Faculdade, que definia uma estrutura de seis departamentos de ensino e previa a oferta de três cursos superiores - Economia, Contador e Atuário - este último não tendo sido ofertado de fato (Quadro 2). No final de 1965, foi aprovado o Curso de Administração de Empresas e Administração Pública. Destacou-se na direção da Faculdade, nessa época, o prof. Nicolau Severiano de Oliveira.

No início da década de 1970, com a reforma universitária, a Faculdade de Ciências Econômicas, juntamente com a Faculdade de Direito, passaram a constituir o Centro Sócio-Econômico. Posteriormente, com a saída do Curso de Direito para formar Centro próprio, o Centro Sócio-Econômico passou a ser integrado pelos Departamentos de Ciências Econômicas (que manteve o antigo nome, apesar do

desdobramento da faculdade em vários cursos e departamentos), Ciências da Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social, estrutura mantida até hoje.

Quadro 2: Estrutura da Faculdade de Ciências Econômicas - dez.1963

Departamentos de Ensino	Cursos	Carreira do Magistério
I - Dep ^{to} de Matemática e Estatística	Curso de Economia	I - Professor Instrutor
II - Dep ^{to} de História, Geografia e Sociologia	Curso de Contador	II - Professor Assistente
III - Dep ^{to} de Contabilidade	Curso de Atuário	III - Professor Adjunto
IV - Dep ^{to} de Administração e Finanças		IV - Professor Catedrático
V - Dep ^{to} Jurídico		
VI - Dep ^{to} de Economia		

Fonte: Regimento Interno da Faculdade de Ciências Econômicas-UFSC, aprovado em 02 dez. 1963.

Nos últimos 30 anos, a trajetória do Curso de Ciências Econômicas é conhecida. Em 1978, o curso já funcionava em dois turnos, matutino e noturno, com turmas de 35 alunos cada uma. Atualmente, este número é de 45 alunos por turma e por semestre, num total de 180 alunos ingressando por ano nos dois turnos. A partir de 1980, o curso passou a funcionar integralmente no campus universitário do bairro Trindade, no prédio do Centro Sócio-Econômico. Em 1995, como resultado do esforço de doutoramento de grande parte de seus professores, o Departamento de Ciências Econômicas veio a oferecer o Curso de Mestrado em Economia, tendo, desde então, ampliado substancialmente sua produção bibliográfica, pondo em perspectiva a criação de Curso de Doutorado.

Os 60 anos do Curso de Ciências Econômicas são motivo de comemoração para toda a comunidade do Centro Sócio-Econômico, na medida em que o ensino superior de Economia, Administração e Contabilidade em Florianópolis teve a mesma origem em Florianópolis - a antiga Academia de Comércio.

Referência

CHACEL, J.M. Eugênio Gudín - o professor. In: KAFKA, A., *et al.* *Eugênio Gudín visto por seus Contemporâneos*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

O Desempenho do Besc de 1992 a 2001

*Roberto Meurer e Marilei Fontanella Moroso**

A história e os destinos do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) estão permanentemente no centro das discussões políticas e econômicas em Santa Catarina, especialmente sobre os motivos das alternâncias de desempenhos bons e quase quebras do banco e a sua privatização. Neste artigo analisa-se o desempenho do banco no período de 1992 a 2001 a partir dos demonstrativos contábeis publicados, sintetizados na Tabela 1. Este foi um período em que muitas alterações importantes ocorreram na economia brasileira, desde uma ruptura nas elevadas taxas de inflação até um amplo processo de privatizações que reduziram fortemente a participação do Estado na economia através de empresas de sua propriedade.

Nos dois anos que antecederam a implantação do Plano Real, 1992 e 1993, não são observáveis sinais de vulnerabilidade na instituição, estando os seus índices de liquidez geral e corrente entre os maiores do mercado, não ocorriam problemas sérios de inadimplência e o grau de exposição ao risco, medido pela relação entre passivo e patrimônio líquido, era dos menores.

O efeito previsível do plano de estabilização econômica de 1994 sobre o sistema financeiro foram perdas nas receitas de *float* sobre depósitos a vista e recursos em trânsito, em decorrência da redução das taxas de juros nominais com a queda da inflação. Sobre o BESC, entretanto, o impacto não foi muito significativo até 1997. De 1993 para 1994, por exemplo, a rentabilidade caiu de 17,5% para 15% e, e para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, passou de R\$ 4,80 para R\$ 6,25 de capital de terceiros. Porém, em comparação com a maioria dos bancos do mercado, o BESC continuou tendo baixa exposição e elevada rentabilidade. Houve, entretanto, redução do lucro operacional, decorrente, principalmente, de aumento das despesas operacionais.

Em 1995, o BESC segue aumentando a sua exposição ao risco, que passa de R\$ 6,25 de passivo para cada R\$ 1,00 de capital próprio para R\$ 7,38, além de nova queda de rentabilidade. A exposição ao risco por parte do banco continua baixa comparativamente aos outros participantes do mercado, enquanto a rentabilidade está próxima da média. A queda de rentabilidade foi determinada basicamente pelo aumento de 28% patrimônio líquido, por aumento de R\$ 37,8 milhões no capital social e de R\$ 33,5 milhões nas reservas de lucros. Assim, neste período, a rentabilidade do Besc caiu mesmo tendo aumentado seu lucro líquido. Apesar do aumento de R\$ 312,8 milhões nas receitas, o resultado bruto da intermediação financeira sofreu uma queda de R\$ 38 milhões, porque as despesas tiveram um aumento de R\$ 351 milhões. As receitas aumentaram, apesar da queda de R\$ 185,8 milhões nos ganhos líquidos com passivos, devido, principalmente, ao aumento de

* Professor do Departamento de Economia da UFSC e Economista, respectivamente. Este artigo está baseado em Moroso (2002).

R\$ 444,3 milhões nas receitas com as operações de crédito. O aumento nas despesas da intermediação foi determinado pelo aumento de R\$ 196,5 milhões nas despesas com a captação no mercado, de R\$ 151,3 milhões nas despesas com empréstimos, cessões e repasses e de R\$ 129 milhões nas provisões para crédito de liquidação duvidosa. Quanto à redução do saldo negativo das receitas e despesas operacionais, os principais determinantes foram o aumento de R\$ 37 milhões nas receitas com serviços e a redução de R\$ 47,8 milhões nas despesas com pessoal. Nisto já é visível a adaptação ao novo cenário macroeconômico.

Tabela 1 - Resumo do Demonstrativo de Resultados: 1992 a 2001

	(em R\$ mil)									
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Rec da Intermed Financ	454414	455461	599701	912482	879601	801565	928928	563538	292098	298795
Res Operac de Credito	113249	105090	183710	627986	526455	531279	-	-	-	-
Res Titulos Vals Mobs	128006	100827	175947	230214	340212	230091	-	-	-	-
Ganhos Liq com Passivos	231953	249287	240044	54282	0	0	-	-	-	-
Outras	-18793	257	0	0	12934	40195				
Desp Intermed Financ	114846	89808	84201	435107	597137	526613	869831	467390	129241	90629
Captacao no Mercado	92000	86637	147775	344269	423230	303041	-	-	-	-
Empr Cessoes Repasses	18049	-8478	-225537	-74264	19085	84647	-	-	-	-
Prov Cred Liq Duvidosa	3457	2804	27255	129027	154822	138925	-	-	-	-
Outras	1339	8845	134707	36075	0					
Result Bruto Inter Fin	339568	365653	515499	477374	282464	274952	59097	96148	162857	208166
Outras Rec Desp Operac	-271499	-262376	-434624	-364696	-219741	-208256	-268274	-221561	-232241	-182172
Receitas de Serv Banc	38865	45912	65105	102163	123319	119014	105717	90313	88456	88514
Despesas de Pessoal	306719	310836	422554	374724	338701	337836	248595	217629	217448	178544
Despesas Administrativ	72532	91634	114593	128182	145564	142303	109835	97129	102918	83886
Impostos Diversos	5033	4500	4340	11062	10437	9853	10915	18203	16198	16192
Equivalenc Patrimonial	3916	3495	10526	5115	9014	5013	-47021	-1241	6806	2639
Outras	70004	95187	31232	41994	142628	157709	42376	22329	9061	5297
Lucro Operacional	68069	103277	80876	112678	62723	66696	-209177	-125413	-69384	25994
Resultado nao Operac	-783	2625	-872	141	-3961	-3216	-12231	-2164	-1712	-4035
LAIR	67286	105901	80003	112819	58761	63480	-221408	-127577	-71097	21959
Provisao Impost de Rend	20043	52265	28439	54308	7221	19176	356	-4836	0	0
Lucro Liquido	29634	38734	38864	43523	40365	38534	-221764	-122741	-71097	21959

Fonte: Econômica. Valores corrigidos pelo IGP-DI de dezembro de 2001.

- Dados não disponíveis.

Em 1996 e 1997, o maior indício de dificuldades da instituição foi a nova queda em sua rentabilidade, mas, ainda assim, manteve uma boa posição em relação à média dos bancos nacionais. Além de uma redução da liquidez geral e da liquidez corrente, o grau de exposição ao risco aumentou, mais que dobrou, e a rentabilidade caiu significativamente. Neste período, em comparação a outros bancos, apesar da queda, o BESC foi um dos bancos de melhor liquidez geral e corrente. No entanto, não se pode afirmar o mesmo para o grau de exposição ao risco e a rentabilidade. Em 1997, para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, o BESC tinha R\$ 7,00 de capitais de

terceiros, em 1998, esta quantia aumentou para R\$ 17,50. Além disso, a rentabilidade do BESC tornou-se negativa, em função do prejuízo no exercício. O elevado prejuízo levou o patrimônio líquido a sofrer uma queda de 61% determinada pela queda nas reservas de capital e de lucros de R\$ 24 milhões e R\$ 130 milhões, respectivamente, que tornou tais reservas nulas, e pelo registro de um prejuízo acumulado de aproximadamente R\$ 80 milhões.

Os reflexos do plano de estabilização atingiram o banco mais drasticamente nos anos de 1998 e 1999. O prejuízo foi determinado por um resultado bruto da intermediação fortemente deteriorado somado a um aumento no saldo negativo das receitas e despesas operacionais que, até então, estavam em trajetória decrescente. Apesar do aumento de R\$ 127,4 milhões nas receitas da intermediação, o resultado bruto da intermediação teve uma queda de R\$ 215,9 milhões devido ao aumento de R\$ 343,2 milhões nas despesas. Parte do aumento das receitas em 1998 está associada à troca dos títulos públicos estaduais em poder do banco por títulos de emissão do Tesouro Nacional, no âmbito da renegociação das dívidas estaduais e municipais. Quanto ao saldo negativo com as outras receitas e despesas operacionais, embora a queda de R\$ 89 milhões nas despesas com pessoal, sofreu um aumento em virtude, principalmente, da redução de R\$ 115,3 milhões nas outras receitas operacionais e porque a conta de equivalência patrimonial que gerava R\$ 5 milhões em receitas, em 1997, passou a gerar R\$ 47 milhões em despesas em 1998.

Entre final de 1998 e início de 1999, o BESC foi submetido a uma auditoria do Banco Central que apontou indícios da necessidade de capitalização para fazer frente à provisão de passivos previdenciários, bem como provisões relativas a créditos do BESC junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Este diagnóstico mostrava que a situação do banco tenderia a piorar, à medida que os passivos passassem a ser exigíveis, apesar de não haver risco de quebra imediata. Diante desta situação, iniciaram-se negociações para o saneamento do Banco através do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES).

Em 1999, a situação do banco ficou ainda pior: os índices de liquidez geral e corrente e a rentabilidade caíram novamente e o grau de exposição ao risco também teve um novo aumento. Em comparação com os demais bancos do país, somente a queda da liquidez corrente ficou em níveis compatíveis com o mercado. Por outro lado, liquidez geral, rentabilidade e exposição ao risco estavam entre os piores do país. Parcela do aumento no grau de exposição ao risco pode ser explicado pela queda significativa do patrimônio líquido, com a redução de R\$ 148 milhões no capital social e prejuízo acumulado de R\$ 109,4 milhões. Estes resultados evidenciam a rota do banco rumo à insolvência.

Em 1999, o prejuízo do BESC diminuiu, principalmente, porque o resultado bruto da intermediação teve um aumento de R\$ 37 milhões e, também, porque o saldo negativo das outras receitas e despesas teve uma redução de R\$ 47 milhões. O aumento do resultado bruto da intermediação ocorreu porque, apesar das receitas da intermediação terem sofrido uma queda de R\$ 365,4 milhões, as despesas tiveram

uma queda de R\$ 402,4 milhões. Quanto ao saldo negativo das outras receitas e despesas operacionais, apesar de as receitas com serviços terem sofrido uma redução de R\$ 15,4 milhões e as demais receitas, queda de R\$ 20 milhões, teve uma queda determinada pela redução de R\$ 31 milhões nas despesas com pessoal, de R\$ 13 milhões nas despesas administrativas e de R\$ 46 milhões nas despesas por equivalência patrimonial.

Em 2000, a situação do BESC começou a melhorar. Os índices de liquidez geral e corrente, que vinham diminuindo desde 1997, aumentaram, assim como melhoraram a rentabilidade e o grau de exposição ao risco, que vinham comprometendo significativamente o desempenho do banco desde 1997. Em comparação aos demais bancos, o BESC ainda tem baixa rentabilidade (10% negativos), mas passou a ter ótima liquidez geral e corrente e baixo grau de exposição ao risco. De uma situação de R\$ 536,55 de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, passou a possuir R\$ 1,40. Isto pode ser explicado pelo aumento do patrimônio líquido. Apesar de as reservas de capitais e de lucros continuarem nulas e de os prejuízos acumulados terem aumentado em R\$ 137,6 milhões, o patrimônio líquido teve um aumento de 31.862% devido ao aumento de R\$ 844 milhões no capital social, dentro do plano de transferência do controle da instituição para o governo federal com vistas a prepará-la para a privatização. A recuperação da rentabilidade no ano de 2000 foi determinada pela redução do prejuízo do banco. Apesar do aumento de R\$ 10,7 milhões no saldo negativo com as outras receitas e despesas operacionais, o prejuízo diminuiu 42%. Este resultado foi determinado, sobretudo, pelo aumento de R\$ 66,7 milhões no resultado bruto da intermediação financeira no qual a queda das receitas em R\$ 271,4 milhões foi suplantado pela redução de R\$ 338 milhões nas despesas.

Em 2001, a situação do BESC pouco se alterou em relação ao exercício de 2000. Somente sua rentabilidade, o ponto mais fraco nesse momento, teve uma nova melhora, embora não atingindo ainda o padrão dos bancos do sistema financeiro brasileiro.

A revitalização do BESC, portanto, foi possível com a injeção de capital pelo governo federal, no plano de privatizar o banco, apesar das discussões políticas envolvidas. Os indicadores do BESC não evidenciavam fragilidade anteriormente ao Plano Real e nos seus primeiros anos. Quando a maioria dos bancos já está em recuperação é que o BESC passa a apresentar problemas, indicando demora na correção de rumo e problemas estruturais. Um diagnóstico mais preciso da situação do banco, todavia, passa por verificação de sua capacidade operacional e de inserção no mercado.

Referência

MOROSO, Marilei Fontanella. *O Real e a Reestruturação do Sistema Financeiro*. 2002. Monografia (Bacharelado em Economia) – UFSC, Florianópolis.

Reforma da Previdência: Complicada e Inevitável

*Roberto Meurer**

As discussões sobre a reforma da previdência que estão acontecendo no Brasil são muito ricas em argumentos e estão longe de terminar, em um processo que acompanha a sua tramitação no poder legislativo federal. Esta riqueza argumentativa é influenciada tanto por concepções ideológicas quanto por interesses específicos. Do primeiro caso fazem parte as infundáveis querelas sobre o que deve fazer o Estado e o que compete ao setor privado. No grupo dos interesses particulares entram os interesses daqueles que têm a ganhar ou perder com as modificações. Ainda é cedo para avaliar os impactos das alterações da previdência sobre a vida dos indivíduos e sobre o orçamento do governo, porque as reformas estão longe de serem aprovadas e as pressões dos grupos prejudicados para evitar as mudanças e dos favorecidos para efetua-las ainda podem trazer muitas modificações à proposta inicial.

Uma das conseqüências imediatas da implementação das reformas, seja qual for a sua abrangência, é a modificação que gerará nas ações de muitas famílias em comparação ao seu planejamento, porque há uma mudança na realidade em relação às expectativas formadas ao longo da vida, que são modificadas de um momento para outro e, em muitos casos, dificultando uma adaptação, inclusive do ponto de vista do orçamento familiar.¹ A argumentação jurídica sobre isto é a discussão sobre direitos adquiridos, expectativas de direito e quebras de contrato envolvendo o funcionalismo público e as regras a que estes se sujeitam.

A motivação para a reforma da previdência do setor público é muito clara: reduzir a diferença entre os gastos e a arrecadação. Nessa discussão, é necessário reconhecer alguns fatos básicos. Um deles é que a previdência pública no Brasil não opera em regime de capitalização, ou seja, as contribuições não formam um fundo que é acumulado para o pagamento aos beneficiários quando estes estiverem aposentados. As receitas correntes do governo é que devem financiar o pagamento aos aposentados. O outro fato, relacionado proximamente, é que as contas da previdência fazem parte do conjunto mais amplo das contas do governo. Em outras palavras, o governo trabalha com um caixa único, em que se concentram todas as arrecadações e gastos. Isto explica porque a previdência foi, em períodos anteriores, fonte de recursos para financiar os gastos do governo, pois o número de contribuintes era alto em relação aos recebedores. Com o aumento do número de aposentados e a

* Professor do Departamento de Economia, UFSC.

¹ Este é um caso típico de aplicação da teoria do consumo do ciclo da vida, em que se decide quanto consumir e poupar com base em um planejamento dos anos de trabalho. No caso da mudança proposta em relação à previdência brasileira, deverá ocorrer, para muitas famílias, um súbito aumento dos anos de trabalho ou uma redução do consumo.

maior longevidade dos brasileiros, chegou-se à situação em que a arrecadação não cobre mais os gastos com as aposentadorias.²

O que ocorre com as contas da previdência quanto à não formação de um fundo de acumulação e à inclusão da previdência no orçamento geral não significa que esta seja a situação adequada ou ideal. A forma pela qual a previdência deve se organizar é outra discussão, cujo desdobramento é a necessidade e a forma de alcançar-se o equilíbrio das contas, envolvendo os aspectos financeiros e atuariais. O que se quer dizer com isso é que hoje estamos em uma situação que é resultado de decisões passadas, corretas ou incorretas. Isto não significa que devemos esquecer o passado, seja do ponto de vista do aprendizado na condução de políticas econômicas, seja do ponto de vista ético ou criminal. Unicamente, não há como reverter o passado, o que quer dizer que é impossível formar um fundo que assegure o pagamento para as aposentadorias vindouras retroativamente. Isto significa que o pagamento do pessoal que já está aposentado hoje e irá se aposentar proximamente deverá ser pago com os recursos correntes do governo, porque não há como recuperar o valor recolhido (e gasto) em outros tempos.

Este mesmo raciocínio é aplicável à recorrente questão de o governo não pagar a sua parte como contribuinte da previdência, enquanto os empregadores do setor privado pagam 22% sobre o valor da folha de pagamento. Do ponto de vista de gestão financeira, o governo contribuir ou não contribuir não faz diferença, porque seria o próprio governo quem pagaria e receberia os recursos, ou seja, seria apenas uma operação contábil. É óbvio que a inclusão da contribuição do governo, equivalente à contribuição patronal, no caso do setor privado, tem de ser levada em conta no momento de analisarem-se os resultados, embora a sua não inclusão torne muito mais alarmantes os números do déficit da previdência. Do ponto de vista da gestão de caixa, não representam nenhuma consequência real. Mais uma vez, como o governo não vai aportar os recursos retroativamente, é necessário direcionar o debate para o encaminhamento do futuro, uma vez que o passado já é irreversível.

Esta discussão leva a um ponto central do debate, que é a própria motivação da reforma da previdência, a crise fiscal. Novamente, é preciso destacar que a crise já aconteceu, e muito se pode aprender com a sua origem e evolução, especialmente quanto aos erros a serem evitados. Entretanto, ela está dada e é necessário enfrentá-la. O embate político sobre quem arcará com os custos é um dos focos da reforma previdenciária e principal combustível da celeuma em torno dela. Dadas as circunstâncias atuais, é forçoso admitir que o Estado não tem condições de manter a situação e muito menos o seu curso, que indica um aprofundamento da diferença entre arrecadação e gastos. Manter a situação atual, com déficit crescente, implica a impossibilidade de estabilização da dívida pública e da necessidade de captação

² Este aspecto, não discutido neste artigo, merece uma análise mais detalhada sob o ponto de vista financeiro e atuarial.

crescente de recursos pelo Estado. Isto pode ser ilustrado por um exemplo aritmético surrealmente simples, em que o salário do pessoal ativo é igual ao do pessoal aposentado e em que o governo pagaria a sua contribuição para o custeio da previdência pública. Com a aposentadoria integral, seriam necessários 1/0,33 trabalhadores ativos para cada inativo para que houvesse equilíbrio das contas.³ Em outras palavras, seriam necessários três trabalhadores ativos para cobrirem a despesa de um aposentado, algo muito distante da realidade. De acordo com o Boletim de Pessoal em abril de 2003, a União tinha 878,6 mil servidores ativos, 539,8 mil aposentados e 408 mil pensionistas, o equivalente a 48,1%, 29,6% e 22,3% do total.⁴ Não considerando pensionistas, há uma relação de 1,63 ativos para um aposentado, o que torna impossível o custeio da aposentadoria utilizando as contribuições dos ativos.⁵ Pensando em termos de sobrevida após a aposentadoria, com uma idade média de aposentadoria de 60 anos e a expectativa de vida, de acordo com a tábua de vida de 2001⁶ de mais aproximadamente 18 anos, já seriam necessários mais de dois funcionários ativos para manter um aposentado.

Qualquer tentativa de tornar mais realistas as suposições acima tornará mais difícil o equilíbrio das contas. Isto significa que é indispensável a modificação da sistemática de aposentadoria do setor público brasileiro. Como existe uma tendência de aumento da idade das pessoas, não restrita ao Brasil, existem poucas alternativas para a sociedade: aumento do tempo de trabalho dos ativos, redução do consumo dos aposentados, redução de consumo dos ativos (equivalente a aumento de contribuição) ou aumentos de produtividade que permitam manter o consumo.⁷ O que se está propondo no Brasil é um pouco de cada uma das primeiras alternativas, já que aumentos de produtividade não são controláveis.

A alternativa ao ajuste, muito conhecida pelos brasileiros, é a utilização da inflação para reduzir o valor real das despesas. A contínua corrosão dos valores dos salários de funcionários ativos e inativos é a maneira de equilibrar o caixa aos poucos. A alternativa mais rápida, a hiperinflação, também resolveria o problema, com o valor real dos recebimentos caindo rapidamente. Considerando um objetivo de inflação estável, o governo brasileiro está utilizando a estratégia de deixar transparente quem são os perdedores com a reforma, o que não quer dizer que os

³ Se o salário do aposentado for 100, a contribuição do trabalhador ativo será 11 e do empregador 22, que, somados, dão os 33.

⁴ Boletim Estatístico de Pessoal/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ano 08, n.85 abril/2003, Brasília.

⁵ O raciocínio ingênuo para solucionar o problema seria aumentar o número de funcionários ativos, o que é implausível considerando a contribuição do próprio governo e o valor absoluto das despesas, dado o contexto fiscal em que se insere a reforma.

⁶ Disponível na página do IBGE: www.ibge.gov.br.

⁷ Uma didática discussão, aplicada aos Estados Unidos, encontra-se em GROSHEN e KLITGAARD (2002).

critérios sejam justos ou corretos. É utópico querer que o Estado continue a manter a atual situação ou que venha, imediatamente, a contribuir com a parte que teoricamente lhe cabe das contribuições. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à alternativa de financiar o déficit com aumentos do endividamento público, que pode levar a um calote implícito, pelos mesmos caminhos de inflação ou hiperinflação, ou explícito, através de alongamentos compulsórios de prazos e reduções de valores impostos aos credores do governo.

É evidente, portanto, que muito choro e ranger de dentes haverá até que as mudanças estejam definidas, embora a reforma (não necessariamente a proposta pelo governo) seja inevitável, dadas as limitações fiscais do governo brasileiro, de contas externas, de capacidade produtiva da economia e as inconsistências do atual financiamento da previdência.

Referência

GROSHEN, Erica L.; KLITGAARD, Thomas. Live Long and Prosper: Challenges Ahead for an Aging Population. *Current Issues in Economics and Finance*. New York, FED, v. 8, n. 2, fev. 2002.

Campanha de Combate ao Trabalho Infantil Doméstico: Uma Avaliação

Carmen R. Ortiz G. Gelinski*

Maria da Silva, 27 anos, empregada doméstica, 3 filhos (10, 7 e 3 anos), separada, levanta às 5:30 h., pega dois ônibus, chega ao serviço às 7:30 e sai de lá às 17:30 h. Os dois filhos mais velhos (Marina de 10 e Jackson de 7) freqüentam a escola de manhã. A pequena Vânia (3 anos), que não conseguiu vaga na creche do bairro, fica com a vizinha até os outros voltarem da escola. O resto do dia os três ficam em casa sob o olhar distante daquela vizinha. As tarefas do lar são realizadas pela filha mais velha, tanto que quando a mãe chega em casa (lá pelas 19 h.) exige que as coisas estejam limpas e nos seus devidos lugares.

Este pode ser o retrato de muitas “Marias”: trabalhadoras de baixa renda engajadas no trabalho doméstico, chefes do lar e sem condições de trabalhar e cuidar dos filhos de forma adequada. Trabalhadoras que “delegam” às filhas as tarefas domésticas, a fim de permitir a reprodução social da família.

Estas “Marias” entram indiretamente no âmbito da preocupação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que lançaram, no dia 30 de abril passado, campanha de conscientização contra o trabalho infantil doméstico. A campanha, sob o mote “*Trabalho infantil doméstico: não leve essa idéia para dentro de sua casa*”, passou a ser veiculada em revistas, jornais e televisão. De acordo com o MPT... (2003), a campanha objetiva dar “visibilidade ao problema causado pelo trabalho infantil doméstico e levar informações para dentro das casas das pessoas que contratam meninos e meninas para realizar as tarefas domésticas”.

A iniciativa se insere dentro de um conjunto de ações que vêm sendo desenvolvidas, no país, para combater o trabalho infantil nas suas diversas formas, desde o início dos anos 90. As ações incluem mudanças na legislação, mobilização, capacitação e, em escala reduzida, questões macro-estruturais e na esfera das políticas públicas. A mobilização, por exemplo, como conscientização da sociedade em geral, teve impacto significativo na redução do trabalho infantil na última década (OIT, 2002). A atual campanha contra uma das formas de trabalho infantil espera resultados semelhantes. No entanto, nas questões macro-estruturais e na esfera das políticas públicas, tem se avançado pouco, e são esses os elementos que poderiam tocar o âmago da questão do trabalho infantil doméstico. .

A campanha está dirigida às pessoas que poderiam “trazer esta idéia para dentro de casa”, ou seja, contratar uma criança ou adolescente para cuidar dos afazeres domésticos, de crianças ou de idosos. Mas não atinge as mães que são as

* Professora do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. E-mail: carmeng@cse.ufsc.br. Agradeço os comentários da bolsista PIBIC/UFSC/CNPq, Ivoneti da Silva Ramos. Os erros, por ventura, remanescentes são de responsabilidade da autora.

promotoras iniciais da atividade. As tarefas que a menina executa só serão consideradas (pela PNAD) como trabalho doméstico se houver remuneração (em dinheiro ou em espécie) e essa relação de assalariamento se concretiza, conforme ILO (2003), entre os 12 e os 15 anos. Todavia, a maioria das crianças iniciam-se no trabalho doméstico na sua própria casa entre 9 e 11 anos (ILO, 2002) e só depois, pela falta de qualificação e pelo estímulo de amigas ou vizinhas, se empregam e passam a ter, então, uma relação de assalariamento.

A campanha pouco efeito terá naqueles indivíduos que geram a atividade, isto é, nas mães que submetem suas filhas ao trabalho doméstico. Mesmo que essas mães fiquem comovidas ao ver o *spot* pela televisão (provavelmente não lêem jornais ou revistas), a sua realidade sócio-econômica e as possibilidades que contam para cuidar da sua prole as obrigam a dispor do trabalho dessa filha no dia seguinte.

Aprimoramentos na legislação, com o Estatuto da Criança e do Adolescente e, na fiscalização do cuidado com os filhos permitem, na atualidade, que vizinhos possam denunciar a Maria do nosso relato por deixar os filhos sem a supervisão de um adulto, podendo até perder a sua guarda. A mulher trabalhadora de baixa renda tem que sair e trabalhar, mesmo correndo o risco de perdê-los, porque não tem outra alternativa. Provavelmente, se pudesse deixar os filhos numa escola pública e com horário integral, não precisaria tanto da filha para realizar as tarefas domésticas ou cuidar dos irmãos. Aí não se estaria gerando mais Marias.

A campanha consegue comover aquelas pessoas que certamente não colocam suas filhas para cuidar das tarefas do lar. Sem dúvida, a iniciativa pode ser o germe de um questionamento para os que as contratam ou até para promover uma maior discussão sobre o assunto, e nisso está seu grande mérito. Quanto às mães, que precisam do trabalho das filhas para possibilitar a reprodução da família, esse tipo de campanha tem pouquíssimo efeito. Elas seriam mais atingidas por políticas públicas que permitissem a sua inserção no mercado de trabalho, sem que, para isso, tivessem que submeter a filha à execução das tarefas domésticas. Em suma, é mister um debate mais amplo sobre as causas dessa mão-de-obra estar disponível para ser empregada. O debate teria que mudar de lado: em vez de focar a demanda por esse tipo de trabalho, teria de se pensar em como reduzir a sua oferta.

Referências

ILO. *Brazil – Child and adolescent domestic work in selected years from 1992 to 1999: a national report*. Geneva, International Labor Organization, 2003.

ILO. *El Salvador – Child domestic workers: a rapid assessment*. Geneva, International Labor Organization, 2002.

MPT participa do lançamento de campanha de conscientização ao combate do trabalho infantil doméstico. Disponível em: <http://www.mpt.gov.br/noticias/2003/04n143.html> . Acesso em: 16 jun. 2003

OIT. *As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais*. Organização Internacional do Trabalho, 2002. Disponível em <http://www.oit.org.pe/ipcc/tid/main.php?sec=64&niv=3&lanCode=2&docCode=46&indCode=3276>. Acesso em 16 jun. 2003

Cooperativismo de Trabalho: Nota Sobre a sua Diversidade

Hoyêdo Nunes Lins^{*}
José Paulo Fagundes^{**}

A década de 1990 registrou uma notável escalada do cooperativismo de trabalho no Brasil. Esse cooperativismo diz respeito à aglutinação de trabalhadores em cooperativas para, mediante produção coletiva, prestação de serviços ou envolvimento em esquemas de terceirização produtiva, lograr ocupação e auferir renda.

A expansão dessas cooperativas ocorreu em contexto de mudanças econômicas que afetaram o mundo do trabalho em profundidade, com aumento no desemprego e na *precarização* das condições dos trabalhadores. Perante tal quadro, as cooperativas suscitaram entusiasmo, pois acenaram, além de ocupação e renda, com autonomia para os trabalhadores. Mas também ganhou terreno a opinião de que, em muitos casos, essas cooperativas carecem do verdadeiro sentido cooperativista e representam, elas próprias, exacerbação do caráter precário do trabalho.

Esse breve artigo argumenta que não deve haver apriorismos sobre o significado do cooperativismo de trabalho. As situações são variadas, conforme os setores de atividade e mesmo no interior destes. A base do artigo, que explora o assunto em dois setores bem distintos – o de confecções e o de *software* –, é dupla: a Monografia de José Paulo Fagundes, elaborada como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFSC (Fagundes, 2002), e o artigo de Lins (2001).

Cooperativas de Trabalho no Setor de Confecção

Pesquisa de campo na forma de entrevistas realizadas em 11 cooperativas distribuídas entre a região de Florianópolis e o Vale do Itajaí mostrou que, no setor de confecções, o avanço do cooperativismo de trabalho refletiu amplamente as mudanças que afetaram a cadeia têxtil no bojo da abertura comercial protagonizada pelo Brasil nos anos 1990. A abertura impôs reestruturação produtiva e racionalização no uso da mão-de-obra, que rimaram, entre outras coisas, com demissões e aprofundamento da terceirização produtiva por parte das empresas.

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

** Economista formado na UFSC.

As cooperativas estudadas operavam, quase todas (9 casos), como tomadoras de encomendas realizadas por empresas que externalizavam parte das suas atividades, com predominância das etapas de costura. Algumas dessas cooperativas costuravam camisetas e camisas para uma grande empresa com presença nacional, outras faziam o mesmo com camisas e moletons para uma empresa inserida em faixa de mercado de menor poder aquisitivo e um terceiro grupo lidava só com toalhas, costurando bordas e pregando etiquetas, encaminhadas por uma grande empresa da linha “banho”. Relacionando-se diretamente com esses clientes, as cooperativas buscavam as peças e, geralmente, levavam os produtos prontos, atuando sob condições de prazos e preços definidas pelas empresas. Em bom número, os vínculos eram sazonais, atrelados às oscilações do mercado das empresas, o que significava fases de pouca atividade intercaladas com períodos de pico de produção, com reflexos nos ingressos das cooperativas e, obviamente, nas retiradas dos associados.

Quase sempre prevaleceu a opinião de que trabalhar na cooperativa era vantajoso. Motivo principal: aumento da renda familiar, mesmo quando se tratava de associado assalariado anteriormente. Entretanto, em 5 cooperativas, falou-se nas precárias condições de trabalho experimentadas, o que se devia à falta de registro em carteira e à inexistência dos benefícios incrustados na relação assalariada, assim como à instabilidade no ritmo de trabalho e, em consequência, no recebimento. É sintomático que, em todos os casos, tivesse ocorrido encolhimento do número de associados, via de regra, conforme frisado, por conta da insegurança em relação ao futuro. Note-se que, na metade das cooperativas, os interlocutores informaram que grande parte dos associados optaria por um vínculo assalariado, se a escolha fosse possível.

Nas duas únicas cooperativas que destoavam do trabalho terceirizado em fases do processo de produção, o quadro era um pouco diferente. Num desses casos, todavia, a situação não era melhor do que a tangenciada acima.

Uma dessas cooperativas, instalada no município de Palhoça, na Grande Florianópolis, fora criada a partir da falência de uma empresa, pelos ex-empregados desta. No período da correspondente entrevista, produzia artigos completos sob encomenda, com etiquetas dos clientes, em pedidos sazonais em que preços e prazos eram definidos pelas empresas. O trabalho na cooperativa significava para os associados renda mensal superior em 60%, na média, ao que percebiam anteriormente como salário, embora não houvesse regularidade no recebimento. Isso, no entanto, não parecia afetar o entusiasmo: foi dito que a esmagadora maioria preferia trabalhar na cooperativa, não só pelo maior rendimento, mas, principalmente, pelo fato de que agora os trabalhadores eram donos do negócio.

A outra cooperativa tinha sido criada no âmbito de um projeto de profissionalização popular da Prefeitura Municipal de Florianópolis, em resposta às

dificuldades enfrentadas pelas mulheres que freqüentavam os cursos de costura para se inserir no mercado de trabalho. Suas atividades envolviam a fabricação de diferentes tipos de artigos de vestuário para venda no *Camelódromo* localizado no centro da cidade, via de regra produtos muito simples. As dificuldades, contudo, eram muito grandes, em todos os sentidos, o que se refletia no escasso comparecimento das associadas nas instalações da cooperativa, sem dúvida por conta das incertezas que cercavam as vendas. A precariedade geral traduzia-se até no rarefeito sentido de associativismo: perguntada sobre como enxergava o problema do pequeno engajamento das mulheres nas questões da cooperativa, a presidente afirmou que o problema era que “faltava patrão para mandar”...

Como se vê, mesmo num único setor de atividades, a tônica do cooperativismo de trabalho é a heterogeneidade das situações.

Cooperativismo de Trabalho no Setor de *Software*

A pesquisa sobre esse setor, realizada por Fagundes (2002), envolveu 5 cooperativas: 3 em São Paulo, 1 em Santa Catarina e 1 no Rio Grande do Sul. Da mesma forma que no setor de confecções, essas cooperativas tinham sido criadas, inclusive com apoio externo na forma de consultoria, para proporcionar ocupação e renda para pessoas que se encontravam desempregadas. Sobre o processo de instalação, cabe salientar que, no treinamento ou na reciclagem dos associados, ocorreu a participação de universidades, e que na compra de equipamentos houve o envolvimento de órgãos que operam na promoção de empreendimentos de menor porte.

Essas cooperativas ostentavam, em todos os casos, instalações e equipamentos próprios, os segundos revelando-se de última geração, municiados com *softwares* dispendiosos. Os planos de novos investimentos, sobre os quais ficou claro o desejo de não se entrar em detalhes durante as entrevistas, indicavam otimismo com relação ao futuro. Por exemplo, uma das cooperativas preparava-se para ingressar no terreno da robótica, contemplando um cliente que montava automóveis no Paraná.

As atividades dessas cooperativas eram diversificadas, mas a maior lucratividade relacionava-se ao desenvolvimento de programas personalizados, *genéricos* e consertos, assim como às consultorias às pequenas e médias empresas no tocante ao desenvolvimento e ao tratamento de informações. Além disso, todas prestavam serviços de digitação, armazenamento de dados, assessoria para uso de equipamentos e treinamento, sendo que algumas ofereciam nas suas próprias dependências cursos de informática para o público em geral e para empresas. A clientela, com a qual o relacionamento sempre envolvia contratos, incluía bancos e empresas industriais, em certos casos de expressão nacional e internacional.

À pergunta sobre a importância de trabalhar de forma cooperativa, comparativamente ao vínculo assalariado, nas mesmas condições técnico-administrativas, respondeu-se afirmativamente em boa parte dos casos. As manifestações de algum descontentamento tinham por base a percepção de que, exercendo as mesmas funções, com o mesmo nível de conhecimento técnico, lograr-se-ia numa empresa privada remuneração cerca de três vezes superior, para não falar do maior prestígio profissional. Esse último aspecto mereceu de um associado a seguinte referência: “aqui temos tudo o que precisamos para desenvolver muito bem o nosso trabalho, mas não somos conhecidos por isso...”.

Mas o sentimento de satisfação era o que mais chamava a atenção, sobretudo com relação aos ganhos, a despeito da irregularidade destes. Contribuía para isso, certamente, o contínuo aperfeiçoamento profissional propiciado pelas cooperativas aos associados, algo tido nas entrevistas como aspecto de diferenciação na luta pela competitividade. Assim, predominou a ótica de que trabalhar em cooperativa era algo vantajoso. Na opinião de um entrevistado, “a possibilidade de decidir o que fazer e onde investir, nesta fase [em que se encontra a economia do Brasil], é um diferencial para a manutenção no mercado...”.

Nesse setor, o cooperativismo pode alcançar as dimensões registradas por uma cooperativa criada em 1993 por pessoas que, após atuarem em diferentes empresas que haviam reduzido suas folhas salariais no contexto de crise vivenciado pelo Brasil desde o final dos anos 1980, encontravam-se desempregadas: a Uniway. Em que pese os percalços iniciais, a cooperativa logo definiu duas grandes linhas de atuação, uma em tecnologia de informação e outra em gestão empresarial. Atualmente, são mais de 3.000 profissionais envolvidos, entre graduados em computação, engenheiros, administradores, economistas, digitadores, motoristas e relações públicas. A carteira de clientes inclui grandes bancos e empresas e até ministérios, atendidos por meio de escritórios instalados em quatro estados e no Distrito Federal.

A vitalidade da cooperativa pode ser aquilatada inclusive pela criação de um fundo de previdência próprio e de um programa de educação que objetiva tanto atualizar continuamente os associados, permitindo-lhes o acompanhamento das inovações, como treinar funcionários de empresas que contratam os serviços da Uniway. Segundo o presidente, a escalada da cooperativa deveu-se a uma conjunção de fatores: elevada especialização dos associados, parcerias com universidades, grande qualidade dos instrutores, boa infra-estrutura, existência de um centro de treinamento completo, com simuladores para reciclagem dos associados, que possibilita a cada um responsabilizar-se pelo monitoramento do próprio desempenho.

Considerações finais

Por conseguinte, o cooperativismo de trabalho não representa sempre alternativa real para os trabalhadores ou aprofundamento do caráter precário do trabalho. Os casos podem ser consideravelmente diferenciados, seja entre setores de atividades, seja nos mesmos setores. Isso quer dizer que a investigação específica é essencial para nutrir o entendimento sobre o seu significado. Inequívoco é que, nessa área, deve-se sempre promover um cooperativismo autêntico e inibir as suas formas espúrias, geralmente responsáveis pela associação recorrente dessas organizações com a deterioração das condições do trabalho.

Referências

FAGUNDES, J. P. *Flexibilização ou precarização das condições de trabalho? Um estudo sobre cooperativas de trabalho têxteis e de tecnologia*. 2002. Monografia (Bacharelado em Economia) – UFSC, Florianópolis.

LINS, H. N. Cooperativas de trabalhadores: opção frente à crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho? *Nova Economia*, Belo Horizonte, UFMG, v. 11, nº 1, p. 39-75, 2001.

Os Transgênicos Chegaram no Brasil para Ficar?*

*Francisco Gelinski Neto***

Introdução

A produção de transgênicos no Brasil está proibida amparada por liminares e por moratória em diversos estados, entre eles Santa Catarina. Mesmo com a restrição legal e risco de rejeição pelo mercado consumidor, os agricultores gaúchos produziram na safra 2002/2003 soja transgênica gerando um grande problema ao executivo federal.

O objetivo deste trabalho é verificar a evolução, na discussão dos diversos atores (produtores, cientistas, consumidores, ONGs e governo), quanto aos transgênicos em geral e, frente a esta situação concreta da atual safra de soja em particular, na qual os agricultores gaúchos produziram soja geneticamente modificada.

Algumas Constatações

Apesar do assunto transgênicos já estar na pauta de discussões do Congresso Nacional há algum tempo, este ganhou maior ênfase na atual legislatura que se iniciou em 2003.

As negociações no Congresso parecem apontar para uma resolução quanto à liberação definitiva aos transgênicos no Brasil, embora existam diversos projetos de lei no senado no sentido de restrições ao cultivo ou comercialização e até mesmo moratória. Por outro lado, os projetos da câmara federal apontam no sentido de normatizações tanto para o cultivo quanto para a comercialização.

Em Santa Catarina, apesar da moratória até 2007, o assunto permanece em discussão na Assembléia Legislativa Estadual. Por outro lado, a Assembléia Legislativa de Pernambuco foi a primeira a aprovar uma lei (em maio deste ano) que autoriza o cultivo e comercialização de transgênicos em seu território. A justificativa dada foi a “necessidade de estimular a produtividade e suprir a demanda de alimentos da população”.

* Artigo escrito em junho de 2003.

** Professor do Departamento de Economia da UFSC – fgelneto@cse.ufsc.br

O assunto transgênicos está em discussão no Brasil, com avanços e recuos há oito anos. A seguir, são listados os principais eventos ocorridos no período.

Oito Anos de Polêmica

Pinazza (2003) resgata os avanços e recuos quanto às decisões sobre liberação de transgênicos no Brasil desde 1995. Mostra que os dois grandes grupos interessados são, por um lado, entidades de defesa do consumidor e ONGs ambientalistas. Por outro, empresas, empresários e governo tentando encontrar uma saída para o imbróglio jurídico surgido da falta de consenso no assunto. A seguir, os destaques de Pinazza (2003, p. 19), nesta história.

1995 - 1^a. é promulgada a Lei de Biossegurança; **2^a.** é criada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio).

1996 - Têm início as pesquisas com soja transgênica no Brasil.

1997 - A CNTBio aprova testes com soja transgênica no Brasil.

1998 - 1^a. A soja Roundup Ready recebe parecer técnico conclusivo favorável da CNTBio, considerando que seu uso não significará risco ambiental ou alimentar, por ser equivalente à soja convencional; **2^a.** A 11^a. Vara da Justiça Federal concede liminar ao Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e ao Greenpeace que proíbe o plantio comercial da soja Roundup Ready; **3^a.** O juiz substituto Antônio Oswaldo Scarpa, da 6^a. Vara do Distrito Federal, revoga liminar do Idec, autoriza o plantio e a comercialização da soja Roundup Ready e determina sua segregação até a edição de normas de rotulagem.

1999 - 1^a. O Ministério da Agricultura aprova o registro para cultivo comercial de cinco variedades de soja geneticamente modificada da Monsanto; **2^a.** O juiz da 6^a. Vara Federal, Antônio Prudente, restabelece a liminar concedida ao Idec e promulga sentença tornando definitiva a liminar.

2000 - 1^a. O juiz Antônio Prudente promulga sentença na Ação Civil Pública e incorpora a liminar ao Idec na cautelar; **2^a.** O Tribunal Regional Federal nega em apelação os recursos da União e Monsanto e mantém a cautelar; **3^a.** O governo divulga nota oficial assinada por seis ministros (da Ciência e Tecnologia, Agricultura, Saúde, Meio Ambiente, Justiça e Casa Civil) em defesa da CNTBio enquanto órgão responsável pela avaliação técnica de segurança dos produtos geneticamente modificados no país; **4^a.** A medida Provisória nº 2.137 confirma os poderes da CNTBio como órgão federal competente para as questões de liberação de plantas transgênicas no Brasil.

2001 - 1^a. O governo cria procedimentos para rotulagem de alimentos que contenham mais de 4% de ingredientes geneticamente modificados; **2^a.** A Monsanto solicita e recebe o termo de referência do Ibama para elaboração do estudo de impacto ambiental e contrata as empresas Cema e E. Labore para a realização do estudo;

2002 – 1ª. O tribunal Regional Federal de Brasil julga as apelações apresentadas pela União e Monsanto à Ação Civil Pública, julgada em primeira instância, que determinou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), normas de rotulagem, segregação e armazenagem para plantas geneticamente modificadas; **2ª.** A juíza Selene Maria de Almeida dá parecer favorável à União e à Monsanto, mas ainda faltam os votos de dois juízes; **3ª.** O juiz Antônio Ezequiel, do Tribunal Regional Federal, julgará sobre a comercialização e plantio de organismos geneticamente modificados no Brasil.

2003 – 1ª. O Ministério do Meio Ambiente solicita à Advocacia Geral da União a desistência do recurso impetrado pelo governo anterior contra a liminar do Idec e Greenpeace; **2ª.** Criado em fevereiro, grupo de trabalho coordenado pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, com representantes dos ministérios da Agricultura, Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Segurança Alimentar, Desenvolvimento e Justiça, apresenta ao presidente uma proposta que orientará o Executivo a fechar questão sobre o assunto; **3ª.** O grupo tem três missões: 1) estudar como o governo deve se posicionar sobre a ação que corre na Justiça desde 1998; 2) discutir uma nova organização institucional do Executivo para tratamento da questão; 3) verificar alternativas para a atual safra de soja e a próxima; **4ª.** A Medida Provisória nº 113, de 26 de março de 2003, estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências, ficando proibida a produção na safra 2003/2004.

A Polêmica continua

A Câmara Federal, para tomar decisão adequada, tem promovido debates. No dia 8 de maio, defrontaram-se o professor Dr. Ernesto Paterniani, genetecista da USP com posição pró-transgênicos, e o Professor Dr. Rubens Nodari, pesquisador da UFSC, contra os transgênicos.

Pode-se observar, a seguir, que cada grupo tem posição completamente antagonica com relação à maioria dos elementos listados:

Benefícios apontados pelos defensores

a) redução no uso de agrotóxicos, portanto, menor poluição ambiental; **b)** ganhos de produtividade; **c)** não há comprovação de danos à saúde; **d)** não há comprovação de danos ao ambiente; **e)** redução de custos de produção;

Problemas apontados pelos contras

a) aumento e não redução no uso de agrotóxicos; **b)** perdas de produtividade; **c)** risco do produto em ocasionar alergias ao consumidor; **d)** risco de ocorrer poluição

genética; e) aumento de dependência de produtores às grandes empresas multinacionais.

Outro aspecto que aparece na discussão é a desconfiança mútua entre os debatedores, a qual é expressa na seqüência:

Os grupos contrários aos transgênicos não acreditam na isenção dos cientistas favoráveis, acusando-os de estarem a serviço da empresa Monsanto.

Por outro lado, há pessoas, como é o caso do deputado Darcísio Perondi, que afirmam que a Europa estaria financiando a campanha “O Brasil Livre dos Transgênicos” (Agricultura..., 2003).

Alguns pesquisadores atribuem erro de foco na discussão, a qual deveria ser mais relacionada a custos e mercado, como é o caso do economista Fayet. Em oposição a isto está o Dr. Brum, o qual considera que o tema devia ser tratado na ótica dos benefícios da tecnologia e não ideologicamente como estaria ocorrendo, conforme descrito a seguir:

Fayet (2003) garante que a posição dele não é comprada por nenhuma das partes envolvidas. Para ele, “a comparação econômica é fatal pra a soja transgênica: pelas perdas de mercado e pelos preços de venda menores por tonelada” (p.2).

Brum (2003) afirma “(...) as resistências ao novo produto, em geral vindas das mesmas entidades e pessoas que resistiram à modernização dos anos 50/60, se concentram muito mais no âmbito ideológico e político do que propriamente científico e econômico (p.28)”.

A Questão da Precaução

Este é outro ponto polêmico em que se debatem os partidários. Para alguns, este princípio somente estaria sendo utilizado como mecanismo de postergação para impedir a utilização da tecnologia pelo Brasil e, para outros, é um elemento essencial para nortear as decisões a respeito do assunto, de forma a garantir a real segurança dos consumidores e meio ambiente. A esse respeito saliente-se que o executivo federal quer que o Congresso ratifique o projeto de adesão do Brasil ao Protocolo de Cartagena. Este protocolo criou, em janeiro de 2000, o princípio da precaução, tendo sido assinado por 103 países. Para entrar em vigor, precisa do aval do congresso nacional de 50 países. No momento, precisa do aval de apenas mais dois países.

Conclusão

Espera-se que a decisão do legislador não aprofunde a dependência tecnológica do país ao impedir o desenvolvimento desta tecnologia em solo brasileiro. Deve-se

estar atento que países como China e Índia já estão investindo pesadamente na nova tecnologia.

A decisão do legislador deve reforçar o princípio da defesa do consumidor. Neste sentido, espera-se o cumprimento quanto à legislação da defesa ao consumidor e ao seu direito inarredável à escolha e ao conhecimento do conteúdo dos produtos consumidos.

Sites Sugeridos

www.anbio.org.br/

www.ctnbio.gov.br/ctnbio

Referências

AGRICULTURA encerra seminário sobre transgênicos. Terceira etapa do Seminário sobre inovações biotecnológicas. Câmara Federal, 2003. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=30407&pesq=transgênicos>. Acesso em 31 mai. 2003.

BRUM, Argemiro Luiz. A Segunda Revolução Verde. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, FGV, v. 23, n.3, p. 27-28, mai. 2003.

FAYET, Luiz Antônio. Soja Transgênica: na contramão do mercado. *Gazeta Mercantil*. Curitiba, 1º de abr. 2003, Caderno Gazeta Mercantil Sul, p. 2.

PINAZZA, Luiz Antônio. Transgênicos: procura-se uma saída. *Agroanalysis*. Rio de Janeiro, FGV, n. 3, v.23, p. 18 – 22, mai. 2003.

Organização do mercado de energia elétrica: Perspectivas e desafios para o Brasil

*João Randolpho Pontes**

Introdução

A indústria de energia elétrica brasileira vem sofrendo modificações desde o advento do Código Águas publicado em 1934. No bojo das mudanças que se processaram nos últimos 68 anos, as justificativas técnicas sempre estiveram alinhadas com os objetivos de se conseguir um aumento na eficiência econômica dos recursos alocados e uma otimização da rede elétrica. Após tantas modificações nos arranjos institucionais que culminaram com inúmeras leis, decretos, resoluções, normas e notas técnicas, praticamente todos os estados brasileiros são favorecidos com o fornecimento de eletricidade feito por empresas públicas (federais e estaduais) e privadas. No período 1934-1994, a indústria de energia elétrica foi organizada em torno de um modelo de mercado centrado nas condições monopolistas. No momento em que o Estado brasileiro tomou a decisão de desenhar as leis de concessões e todo o seu aparato jurídico, foram abertos espaços para a expansão, evolução e aprimoramento da economia, engenharia elétrica e o direito de eletricidade.

O esgotamento do modelo monopolista regional e de seus mecanismos geradores de recursos financeiros para promover a expansão da oferta de eletricidade, levou o governo federal a propor um novo modelo de organização industrial e mercantil baseado na competição da geração e comercialização de eletricidade. No período 1995-2002, o país avançou nas proposições fundamentais do novo modelo competitivo, pautando-se na busca de soluções que preservassem os seus pilares básicos, a saber: competição nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica; expansão dos investimentos com base em aportes da iniciativa privada; regulação dos monopólios naturais transmissão e distribuição de energia elétrica; garantia de qualidade dos serviços e suprimento de energia elétrica compatível com as necessidades de desenvolvimento do país.

Os fundamentos desse novo modelo competitivo buscou preservar as características geográficas, econômicas, sociais, políticas e culturais do país, mas, mesmo assim, recebeu fortes críticas não só da oposição política, mas também dos agentes econômicos interessados a terem regras esclarecedoras que pautassem não apenas na busca do aumento da eficiência econômica, bem como na implantação de sistemas de incentivos que pudessem trazer novos investidores. Com a mudança no poder político do país a partir de 01 de novembro de 2002, abriram-se novas perspectivas e desafios para a solidificação da nova estrutura industrial e comercial proposta para o Brasil.

* Professor do Departamento de Economia - UFSC.

Os Reflexos das Mudanças Internacionais na Indústria de Energia Elétrica no Brasil

A primeira organização do mercado de eletricidade no Brasil ocorreu com aprovação do Código de Águas em 1934, cujos princípios são ainda hoje a base da estrutura de funcionamento desta indústria. Nessa linha de argumento, o Brasil teve três momentos importantes na história do desenvolvimento dos serviços de eletricidade: a) **mudança de base tecnológica** (a separação entre o direito de propriedade do solo e o aproveitamento dos recursos hídricos permitiu o desenvolvimento de novas bases econômicas); b) **mudança pragmática** (a escassez da oferta de eletricidade e as precárias condições do fornecimento em várias regiões levaram o governo Kubitschek a decidir pela expansão da rede elétrica via empresas estatais); c) **mudança de privatização** (o governo reconhece as dificuldades financeiras de continuar expandindo a oferta de eletricidade pelas empresas estatais).

Essas modificações poderiam ser comparadas com o desenvolvimento da economia americana e de outros países que também iniciaram suas reformas econômicas e os movimentos de privatização, desregulamentação e reestruturação das indústrias de rede. As mudanças atuais não são dirigidas para modernizar as atividades e os negócios que as empresas estatais (operando na forma de *Holdings*) desenvolviam. Elas são de ordem econômica, política, social e tecnológica. De fato, vários elementos importantes estão dirigindo o processo de mudanças e transformando os negócios de eletricidade de uma indústria integralmente monopolística para uma indústria mista competitiva.

A partir de 1995, o mercado de eletricidade no Brasil opera com uma nova organização e uma nova estrutura de decisões, podendo-se destacar a nova agência de regulação (ANEEL), o Mercado Atacadista de Energia (MAE), o Operador Nacional do Sistema (ONS) e o Conselho Nacional de Política de Energia (CNPE). Nos grandes fornecimentos, a idéia é de que a eletricidade pudesse ser negociada no mercado “*spot*” como uma “*commodity*”, isto é, uma mercadoria como as demais existentes na economia que são negociadas para entrega futura. Nesse contexto, surge a idéia de criação de uma bolsa especial de energia, cuja ênfase estaria na negociação de contratos a termo e futuro. Uma idéia praticamente inexistente na economia brasileira até o advento do novo modelo proposto pela Coopers & Lybrand ao MME no ano de 1997.

Outro componente importante dessa estrutura é o mercado a varejo (“*retail market*”) que deriva da separação das atividades de comercialização da distribuição. São produtores independentes e comercializadores (“*marketers*”) que competem no varejo para ofertarem os excedentes de energia. Nesse quadro, uma outra decisão foi importante para melhorar a eficiência da rede: a desverticalização dos negócios de geração, transmissão, distribuição e comercialização. Este desdobramento visa

introduzir a competição na geração e comercialização com o objetivo de reduzir os custos envolvidos nesses dois segmentos. O sistema de transmissão e de distribuição de eletricidade fica caracterizado como monopólio natural, sendo regulamentado e controlado pelo governo federal para evitar abusos no estabelecimento de preços e de proteção aos consumidores. A rede elétrica passa a ter acesso livre para que os consumidores possam se conectar em qualquer ponto dela e receber o fornecimento de eletricidade da empresa que escolheram para comprar.

A introdução dessa nova estrutura e organização do mercado de eletricidade foi feita com base no conjunto de princípios definidos no modelo mercantil proposto em 1997 e que se encontra em fase de implementação. A viabilização deste modelo depende da firme disposição do Estado de dar seqüência aos procedimentos propostos, privatizar parcialmente ou no todo as empresas que se encontram sob a responsabilidade da administração federal e estadual. Para o funcionamento dos mercados atacadista de energia e de varejo, as empresas precisam estar dispostas a correr algum risco e atender às regras estabelecidas no quadro regulatório.

O país não conseguiu, portanto, estabelecer diretrizes seguras para o funcionamento das agências de regulação, uma vez que elas sofrem pressões de grupos interessados e desmandos da própria administração pública. O CNPE ainda não se firmou como órgão máximo de política pública de energia e os demais papéis de influência que ajudariam o desdobramento de outras atividades no âmbito encontram-se paralisados. A nova organização do mercado de eletricidade busca afirmação pela pressão das empresas e investidores para o cumprimento dos contratos de fornecimento estabelecidos e aprovados pela agência de regulação.

Dispositivos Regulatórios que impactaram a Performance da Indústria de Energia Elétrica no Período 1993–2002

No período 1993–2002, o crescimento econômico brasileiro foi afetado pelos sucessivos desgastes no processo de elaboração e administração de políticas públicas direcionadas à vitalização da infra-estrutura econômica. Telecomunicações, petróleo, eletricidade e transportes em geral sofreram substanciais modificações no quadro regulatório. A tentativa frustrada de sanear o déficit do Tesouro Nacional pela venda de empresas estatais sem um plano coerente provocou grandes distorções no sistema econômico. As privatizações sob a égide do BNDES foram feitas sem o desenho dos novos modelos de organização dessas indústrias e seus respectivos mecanismos de mercado. O executivo não manteve entendimentos suficientes com o legislativo para que os novos arranjos institucionais pudessem manter uma linha filosófica capaz de evitar o aumento dos custos das transações econômicas, gerassem graves distorções e dessem uma má impressão de que não havia organização na condução do processo de implementação. Como será observado a seguir, o país vem desperdiçando recursos na gestão de implementação do novo modelo proposto a partir de 1995 e gerando uma

péssima impressão de que não dispõe de habilidades suficientes para resolver os graves problemas, sem que outros ainda mais graves sejam criados.

As principais mudanças na indústria de eletricidade, após o Código de Água em 1934, podem ser vistas nas Leis 8.631/93, 8.987/95, 9.074/95 e Decreto 10.438/02. Tais modificações decorreram do reconhecimento de que o modelo monopolista regional havia encerrado seu ciclo de colaboração com a evolução da indústria e pudesse assegurar o crescimento da oferta de energia elétrica a preços razoáveis para investidores e consumidores. Os múltiplos planos macroeconômicos, as sucessivas interferências políticas na gestão das empresas, a pressão de empreiteiros e fornecedores para que as empresas saldassem as dívidas acumuladas e os *lobbies* dos governadores junto ao Congresso Nacional, levou o governo federal a encontrar uma solução para os elevados e crescentes débitos. entre as empresas. O objetivo final foi o equacionamento de um débito global estimado naquela oportunidade em US\$ 26 bilhões. A este valor agregam-se as estimativas de US\$ 4 bilhões dos ajustes no mercado atacadista de energia e do seguro-apagão.

Um dos grandes problemas na atual gestão do governo PT está em resolver o problema da correção da base dos ativos para efeito de calcular a remuneração dos investimentos e as correspondentes conseqüências sobre os reajustes de preços que vêm assustando a sociedade brasileira. Os empresários consideram que a indefinição da nova política para o setor elétrico está entre as principais razões da estagnação da indústria. Por sua vez, o MME ainda não apresentou as linhas gerais da nova política. A indefinição de regras claras para o mercado de eletricidade afeta de forma negativa o desempenho da indústria elétrica e eletrônica, a qual convive com encomendas reduzidas e dificuldades de negociar preços com os clientes.

Conclusões

Se as empresas e o governo entrarem num acordo lógico e sensato, provavelmente a regulação terá um conjunto de ações inovadoras voltadas para orientar e motivar os investidores a injetarem maiores recursos e assegurar a oferta de eletricidade no médio e longo prazos. Os diversos estudos e pesquisas desenvolvidos em alguns países apontam para a busca de um novo patamar de eficiência econômica acompanhada por uma diminuição de custo, levando, portanto, as empresas a desenvolverem estratégias de preços menores. Não há, por conseguinte, justificativas técnicas ou econômicas para se aumentar os preços da eletricidade fora dos padrões médios de retorno do capital investido. A grande questão do governo PT está em conseguir montar um painel de decisões capaz de mudar a imagem de que alguns segmentos da sociedade devem perder para que outros possam ganhar. A tarefa não é fácil, mas é possível realizá-la com coerência, bom senso e determinação.

.....

**Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.**

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail depcnm@cse.ufsc.br.

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins, José Antônio Nicolau, João R. Sanson (coord.editorial), Nildo Domingos Ouriques e Roberto Meurer*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos e Roberto Carlos Alves*

Revisão de português: *Jussara T. Reitz*

Apoio: Centro Sócio-Econômico/CSE e CPGE/UFSC